

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2024 | 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO

DIALOGAR | APRIMORAR | VALORIZAR



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EXPEDIENTE

Defensoria Pública-Geral

Chefia de Gabinete

Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa

ELABORAÇÃO

Supervisão: Ricardo de Paula Miotto

Texto: Paula Panariello Paulenas

Edição: João Paulo Brito

Design e diagramação: Erika Simões

Curadoria de imagens: Gustavo Nunes Rio Branco e João Luiz Sena Filadelfo

SUMÁRIO

Apresentação	04	Inaugurações e expansão institucional	19
Posse - gestão 2024-2026	06	Novos Núcleos Especializados	21
Palavra da DPG	07	Tecnologia da informação	22
Defensoria em Números	08	Avanços Institucionais	26
<hr/>		<hr/>	
CAPÍTULO I – DIALOGAR	11	CAPÍTULO III – VALORIZAR	33
Relacionamento institucional	12	Crescimento e valorização	34
<hr/>		<hr/>	
CAPÍTULO II – APRIMORAR	16	ATUAÇÕES DE DESTAQUE	41
Mudanças administrativas	17		



APRESENTAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo apresenta à sociedade o Relatório de Gestão 2024-2025, um documento que se propõe a registrar os avanços e as transformações promovidas ao longo do primeiro ano da gestão da Defensoria Pública-Geral, Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, iniciada em maio de 2024. A publicação reúne os principais feitos administrativos, estruturais, institucionais e humanos da Defensoria neste ciclo, reafirmando o compromisso da instituição com o acesso à justiça, a defesa de direitos e a promoção da dignidade, especialmente das populações mais vulnerabilizadas.

Lançado em um momento emblemático, às vésperas da celebração dos 20 anos da criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o relatório assume um papel histórico: além de prestação de contas, constitui-se em um marco de memória institucional e de afirmação do amadurecimento da Defensoria como um dos pilares do sistema de justiça no Estado. Cada página deste documento evidencia não apenas os números e realizações, mas sobretudo o sentido público e coletivo que move a instituição.

Entre os destaques da gestão, está a valorização do diálogo como ferramenta de construção institucional. Reuniões com núcleos especializados, regionais e unidades da Defensoria foram intensificadas e incorporadas à rotina da gestão, assim como o relacionamento com o Condege (Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais), veículos de imprensa e outros órgãos do poder público. Essa política de escuta ativa e articulação resultou em parcerias relevantes — como os mutirões com a Secretaria de Políticas para a Mulher, o Sport Club Corinthians Paulista e a Escola de Samba Acadêmicos do Tatuapé — e em ações de impacto, como o atendimento às famílias vítimas do desastre aéreo de Vinhedo e o apoio à população gaúcha atingida por tragédias climáticas.

A expansão territorial também foi um marco deste ciclo. Foram inauguradas novas sedes e unidades em cidades como Santo André, Taubaté, Francisco Morato, Suzano e Itapeverica da Serra, com previsão de alcançar 52 municípios até o fim

de 2025. Ao mesmo tempo, o relatório registra a criação de novas assessorias e núcleos especializados — como o Nupir e o Nudiversis — que ampliam o escopo de atuação da Defensoria em temas como equidade de gênero, diversidade sexual, igualdade racial e métodos autocompositivos.

No campo da tecnologia, a Defensoria Pública de São Paulo deu um passo ousado ao lançar a Defensor.IA, ferramenta de inteligência artificial desenvolvida com base na experiência do ChatGPT e adaptada às especificidades da instituição. Com isso, buscou-se aliar inovação, eficiência e segurança de dados à rotina dos atendimentos jurídicos. Melhorias contínuas no sistema DOL e a renovação do parque tecnológico também fazem parte do esforço por uma prestação de serviço mais ágil, acessível e eficaz.

No eixo da valorização, o relatório destaca medidas concretas voltadas ao bem-estar de defensores, servidores e estagiários, como o reajuste de benefícios, o aprimoramento dos programas de saúde suplementar e de educação infantil, dos plantões judiciais e da sistemática de compensação de atividades, a reestruturação do DRH e a realização de concurso público para 412 novos analistas jurídicos. Também merece relevo o lançamento da cartilha a política institucional de prevenção e combate ao assédio e discriminação, além do lançamento de atos normativos importantes, como a inédita Política de Comunicação Social e os atos que regulamentam homenagens aos Defensores e Servidores que deixam a instituição, pela aposentadoria.

Por fim, a publicação apresenta os resultados do 9º Ciclo de Conferências e do novo Plano de Atuação, reafirmando a centralidade da participação popular na definição das prioridades da Defensoria. O relatório revela, assim, uma instituição comprometida com sua missão constitucional, mas também inquieta, atenta às mudanças da sociedade e empenhada em oferecer respostas cada vez mais qualificadas, inclusivas e transformadoras.

Que esta leitura sirva não apenas como um balanço do último ano, mas também como uma inspiração para os próximos passos da Defensoria Pública de São Paulo em sua caminhada rumo às duas décadas de existência. Porque dialogar, aprimorar e valorizar não são apenas eixos de gestão — são compromissos com o presente e o futuro da justiça.



POSSE | GESTÃO 2024-2026

Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho assumiu a Defensoria Pública-Geral do Estado de São Paulo para o biênio 2024/2026, em 17 de maio de 2024, após sua nomeação pelo governador Tarcísio de Freitas, publicada no Diário Oficial em 19 de abril do mesmo ano.

A nova Defensora Pública-Geral sucedeu o defensor público Florisvaldo Fiorentino Júnior e interrompeu o hiato de cerca de 10 anos sem uma mulher comandando a instituição.

Ao lado de Luciana Jordão na gestão da Defensoria, estão Bruna Simões, no cargo de Primeira Subdefensora Pública-Geral; João Felipe Reis, Segundo Subdefensor Público-Geral; e Bruno Baghim, Terceiro Subdefensor Público-Geral.



PALAVRA DA DPG

Dra. Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho
Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo

Assumir a Defensoria Pública do Estado de São Paulo — a maior do país — é, antes de tudo, um ato de coragem. Coragem para reconhecer as complexidades do nosso tempo, para acolher as vozes que clamam por justiça e para conduzir, com firmeza e sensibilidade, uma instituição que pulsa diariamente ao lado da população vulnerável.

Quando aceitei o desafio de liderar esta Casa, após uma década sem uma mulher à sua frente, sabia que o peso da responsabilidade seria grande — mas sabia também que contava com uma força ainda maior: a força coletiva de defensoras, defensores, servidoras e servidores que sustentam, com dedicação e compromisso, o cotidiano da nossa missão. Esta não é apenas uma gestão comandada por uma mulher; é uma gestão que se constrói a muitas mãos, com mulheres à frente de cargos estratégicos, movidas por vocação, competência e empatia.

Conduzir a Defensoria significa equilibrar, com lucidez, a urgência do presente com a visão do futuro. E é neste equilíbrio que temos trilhado um caminho de avanços concretos. Fizemos da escuta ativa um pilar de nossa atuação. Promovemos encontros ordinários com unidades, regionais e núcleos especializados; dialogamos com os movimentos sociais, com outras instituições e com os demais poderes do Estado, sempre com a convicção de que só o diálogo gera pertencimento e só o pertencimento move transformações duradouras.

Investimos no fortalecimento de nossas estruturas: novas sedes, novos núcleos, novas ferramentas. Da criação da Defensor.IA à ampliação do DOL, passando pela implementação de políticas internas mais justas e acessíveis, cada iniciativa teve como norte a melhoria do atendimento à população — especialmente à população em situação de rua e às mulheres, que compõem a maioria dos nossos públicos e cujas histórias de luta e resistência ecoam nas salas de espera e audiências por todo o Estado.

Valorizamos a atuação de cada profissional que integra esta instituição. Fizemos ajustes necessários nos benefícios, ampliamos programas de saúde e educação, reestruturamos fluxos e canais de atendimento e, com um novo concurso, preparamos a chegada de novos analistas de Defensoria Pública que ampliarão, por todo o Estado, o acesso à justiça. Porque acreditamos que cuidar de quem cuida é condição essencial para um serviço público mais forte, mais eficiente e mais humano.

Às vésperas dos 20 anos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, temos muito a celebrar — mas ainda mais a fazer. Cada avanço institucional registrado neste relatório é fruto de escolhas responsáveis, de trabalho coletivo e da crença inabalável de que a justiça deve ser, antes de tudo, um direito de todos e todas.

Continuaremos caminhando com coragem e escuta, com estratégia e sensibilidade, com técnica e afeto. E seguiremos honrando, dia após dia, a confiança da população e a grandeza da Defensoria Pública, essa instituição essencial, viva e em permanente transformação.

Com respeito, compromisso e esperança,

Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho
Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo



Defensoria em Números

Público potencial

O Estado de São Paulo tem **baixíssimo número** de Defensores/as Públicos/as em relação ao público alvo da instituição

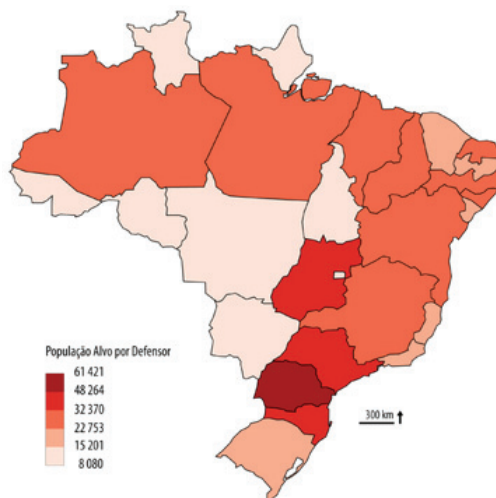


839 Defensores/as
Cargos providos



1.135 Servidores/as
Cargos providos
*Oficiais, agentes e comissionados

População potencial por Defensor/a



Público potencial

36.761.778

*Projeção da população com renda familiar até 3 salários-mínimos no Estado (Censo 2022)

43.764

população alvo por Defensor

Última atualização: 30.05.2025

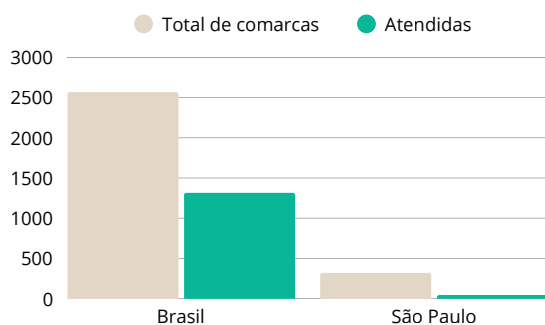
Alcance institucional

Nacionalmente, **51,3%** das comarcas são atendidas diretamente pela Defensoria Pública.

Em São Paulo, **15%** das comarcas são atendidas diretamente pela Defensoria Pública.



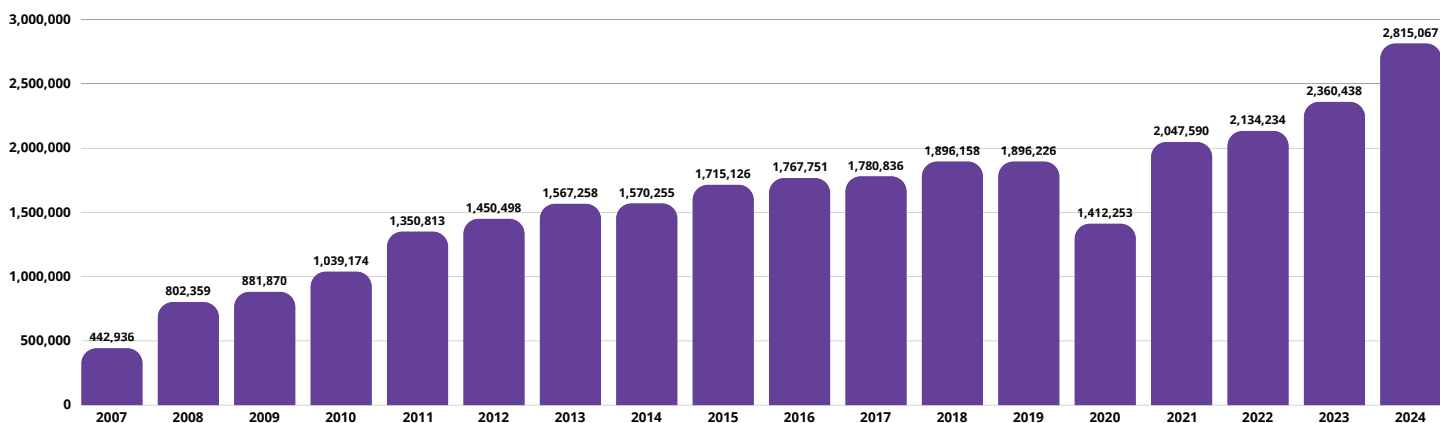
Comarcas atendidas pela Defensoria Pública



Atendimentos Diretos



O volume de atendimentos diretos da Defensoria Pública cresceu mais de **400%** desde a criação da Instituição.



Ampliação do número de defensores/as



A Defensoria Pública conta atualmente com

839 defensores/as,

que estão alocados/as nas

48 Comarcas

onde a Defensoria tem atuação direta.

Em 2024 houve um aumento de **6,6%**

no número de Defensores/as em relação ao ano de 2023.

Região	2023	2024	Incremento %
Regionais da Capital + Administração + Núcleos	371	393	5,9%
Região Metropolitana de São Paulo (excetuada a Capital)	120	139	15,8%
Interior e litoral	297	308	3,7%
Total	788	840	6,6%

Última atualização: 30.05.2025

Ampliação do número de servidores/as



A Defensoria Pública conta atualmente com

1.135 servidores/as

que estão alocados/as nas

48 Comarcas

onde a Defensoria tem atuação direta,

ou seja, houve um aumento de **17,6%**

no número de Servidores/as em relação ao início de 2024.

Cargo	Abril de 2024	Fevereiro de 2025	Diferença %
Agente de Defensoria Pública	237	254	7,2%
Oficial de Defensoria Pública	585	617	5,5%
Assessor Técnico de Defensoria Pública	15	18	20,0%
Assistente + Assistente I + Assistente II	69	122	76,8%
Assistente III + Assistente IV	19	78	310,5%
Diretor Técnico + Outros	7	7	0,0%
TOTAL	932	1.096	17,6%

Última atualização: 30.05.2025

Utilização do SEI

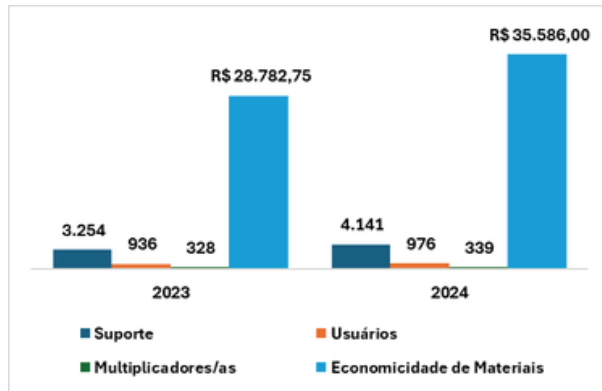
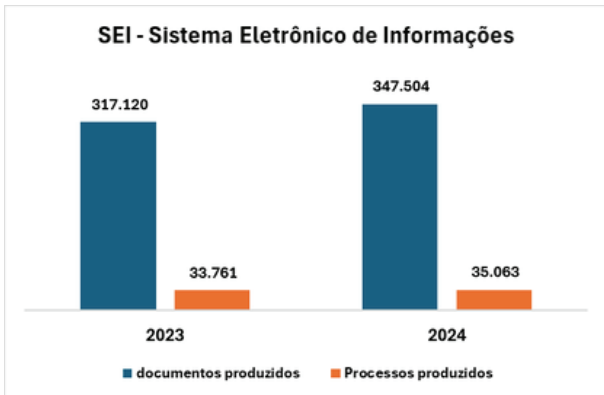


No ano de 2024, mais de **35 mil processos** foram abertos, gerando uma economia de mais de **370 mil folhas de papel** e aproximadamente **R\$ 35 mil reais** em materiais.

35 mil processos



Economia de mais **370 mil folhas de papel**



Atuação Judicial

Foco na resolução extrajudicial de conflitos



Fluxos com o Poder Público para evitar a judicialização: Vagas em creche; Acesso a medicamentos e vagas em UTI Covid; Centros de Acolhimento à População em Situação de Rua;



A Defensoria conta com **equipes multidisciplinares** para viabilizar o atendimento integral e qualificado;

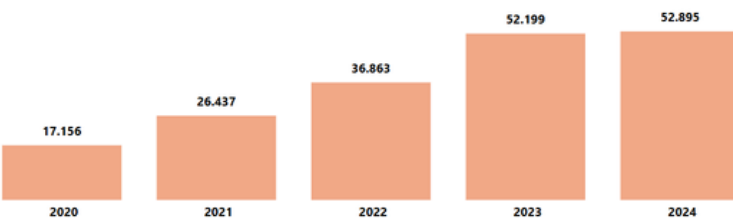


Mais de **100.000 exames de DNA** custeados pela DPESP em demandas extrajudiciais.

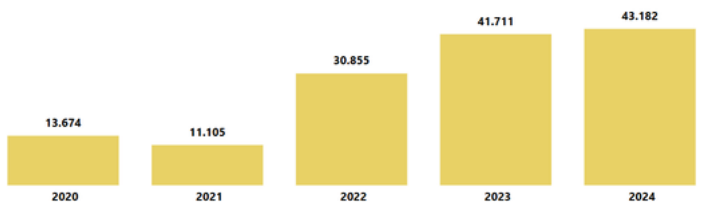
Audiências de Custódia



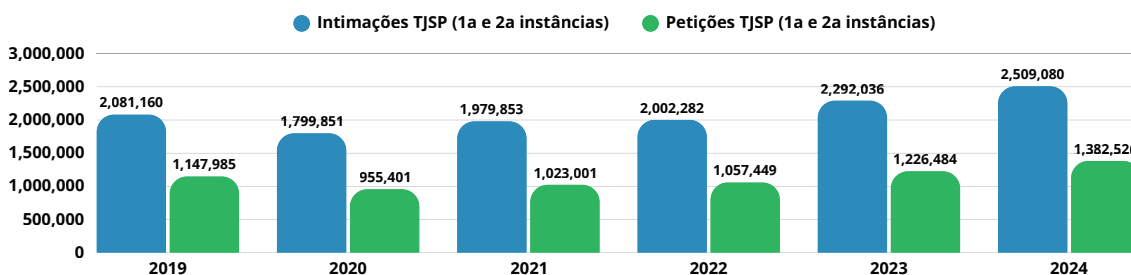
Audiências de Custódia (dias úteis)



Audiências de Custódia (plantões)



Atuação Judicial



Mais de **1 milhão** de processos judiciais por ano;

Principais áreas de atuação: Fazenda Pública, Cível, Infância e Juventude, Criminal, Execução Criminal e Violência Doméstica.

Atuação nos Tribunais Superiores: a **DPESP** está entre os **10 maiores litigantes** dos Tribunais Superiores.

Capítulo I

Dialogar



RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Série de reuniões: diálogo e transparência

A Defensoria Pública de São Paulo tem demonstrado um compromisso contínuo com a transparência e o diálogo aberto através de reuniões regulares com coordenadores e equipes administrativas.

Desde o início da gestão, diversas reuniões foram realizadas. Em 23 de maio, a Defensora Pública-Geral, Luciana Jordão, reuniu-se com as equipes de servidores e servidoras da Administração Superior na sede administrativa da DPE-SP. Durante o encontro, enfatizou-se a importância de manter um contato próximo e constante com todos os membros da instituição, não apenas nos prédios administrativos, mas também nas unidades e regionais.

Desde então, já foram realizadas mais de 325 reuniões internas e 339 encontros institucionais externos — números que refletem o compromisso cotidiano da Defensoria com a escuta ativa, a articulação institucional e a valorização das pessoas que compõem e acessam a instituição.

Além disso, a Primeira Subdefensoria Pública-Geral realizou uma série de 11 reuniões com os Núcleos Especializados durante os meses de maio e junho, com o objetivo de promover a articulação institucional e a atuação estratégica em áreas de relevância. Esses encontros foram fundamentais para o monitoramento contínuo das mudanças, avanços e desafios enfrentados pelos núcleos, que desempenham um papel crucial na coordenação de debates e na produção técnica especializada.

Paralelamente, as Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas-Gerais conduziram um ciclo de reuniões em continuidade com todas as unidades da DPE-SP, priorizando o diálogo interno e o aprimoramento dos serviços prestados à população. Ao todo, foram realizadas 126 reuniões, sendo 105, em 2024, e 21, já em 2025.

Esses encontros, realizados principalmente de forma virtual, visam valorizar os integrantes da instituição e garantir que todos tenham a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria contínua dos serviços oferecidos pela Defensoria Pública.



Reunião do Condege em São Paulo

A Defensoria Pública de SP recebeu a 89ª Reunião do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) nos dias 18 e 19/9. O encontro reuniu representantes das Defensorias Públicas de todo o Brasil para discutir projetos estratégicos e iniciativas voltadas à ampliação do acesso à justiça e ao fortalecimento das instituições em âmbito nacional.

A reunião, que ocorre mensalmente em diferentes estados, promove o debate de temas fundamentais para a atuação da Defensoria, contribuindo para a consolidação de sua missão de garantir o acesso à justiça e a defesa dos direitos fundamentais da população vulnerável.

No encerramento da 89ª Reunião, os/as Defensores/as Públicos/as-Gerais realizaram uma visita ao Palácios dos Bandeirantes e uma reunião com o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para dialogar sobre o papel da Defensoria e o impacto de suas ações na sociedade. Na ocasião, o governador assinou a sanção dos projetos de lei de valorização remuneratória das carreiras que integram a Defensoria Pública.



#SPporTodas

A Defensoria Pública e a Secretaria de Estado de Políticas para a Mulher (SP Mulher) assinaram convênio para formalizar a atuação conjunta da DPE-SP e da secretaria estadual no Programa #SPporTodas. Essa parceria garante assistência jurídica integral e gratuita às mulheres no Estado de São Paulo durante o atendimento itinerante.



Assinatura de Termo de Cooperação para uso de Libras

Em setembro de 2024, a Defensoria Pública de São Paulo firmou parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) para integrar o Programa São Paulo São Libras. Com isso, todas as unidades funcionais da instituição passaram a contar com o serviço da Central de Interpretação de Libras, promovendo maior acessibilidade no atendimento jurídico a pessoas surdas. A iniciativa fortalece o compromisso da Defensoria com uma atuação inclusiva, garantindo comunicação digna, eficiente e respeitosa a esse público.



Convênio com Procon

Em 16/12, a Defensoria Pública e a Secretaria Municipal de Justiça (SMJ) assinaram um convênio que prevê a instalação de um posto de atendimento do Procon Paulistano no atendimento inicial da Rua Boa Vista, 150, para auxiliar usuários/as com demandas na área do Direito do Consumidor.

Com início em janeiro de 2025, o posto do Procon na unidade de atendimento inicial da Defensoria na Capital já atendeu, até maio deste ano, mais de 200 casos de consumidores que procuraram as instituições

Convênio com a SAP

A Defensoria Pública Geral assinou um convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) que permitirá o acesso da Defensoria a dados do GEPEN através do DOL. Isso irá facilitar o trabalho de localização de informações relacionadas às pessoas presas e encaminhamento dos processos da VEC para os/as defensores/as responsáveis, garantindo celeridade na atuação judicial em prol dos usuários da Instituição.

Visita do Ministro Edson Fachin

Em 4/10, a DPE-SP recebeu a visita de cortesia do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin. Além de se reunir com integrantes da gestão no gabinete da Defensoria Pública-Geral, o ministro conheceu a unidade de atendimento inicial da capital. Ele conversou com usuários/as da Defensoria, defensores/as, servidores/as e estagiários/as.



Visitas a veículos de imprensa

Foram realizadas reuniões de apresentação da Defensoria Pública a diferentes órgãos de imprensa, como a Folha de S. Paulo, SBT e Conjur. Nas conversas, foram abordados temas como a política de acesso à Justiça, desafios para expansão da Defensoria e objetivos futuros.



Capítulo II

Aprimorar



MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS

Novas Assessorias e órgãos administrativos

Foi editado o Ato Normativo DPG nº 268 de 22 de agosto de 2024, que prevê novos órgãos e assessorias vinculadas à Defensoria Pública Geral.

Assessoria da Central de Designações

Foi criada a Central de Designações, órgão vinculado a Defensoria Geral (Chefia de Gabinete), responsável pela gestão dos plantões judiciários da Capital, das Circunscrições Judiciárias e do Juizado Especial de Defesa do Torcedor, além das atuações na Central de Apoio Remoto e na Central das Garantias.

Assessoria da Defensora e do Defensor

Com os objetivos de ampliar diálogo, facilitar a comunicação entre a gestão e a carreira e solucionar dúvidas para que defensores/as possam desempenhar a sua atividade-fim, foi criada a Assessoria da Defensora e do Defensor.

A Assessoria da Defensora e do Defensor passa a apoiar a carreira nas questões administrativas, além de fornecer orientações sobre procedimentos, em estreita relação com a Secretaria da Defensora e do Defensor, do Departamento de Recursos Humanos.

É responsável, ainda, pela Central de Eventos, que faz a gestão de todos os eventos externos, com destaque para mutirões de atendimento à população. Desde sua criação já foram realizados 51 eventos em 58 cidades do Estado.

Assessoria de Gestão de Projetos e Processos

A Assessoria de Gestão de Projetos e Processos da Defensoria Pública de São Paulo é responsável por apoiar a Defensoria Pública-Geral no desenvolvimento e implementação das ações estratégicas da instituição.

Atuando em colaboração com diferentes setores, a Assessoria realiza estudos, análises e monitoramento de projetos prioritários, garantindo a execução eficiente das atividades institucionais. Além disso, contribui diretamente para a padronização e melhoria contínua dos processos de trabalho da Defensoria Pública.

Assessoria Extrajudicial

A Assessoria Extrajudicial tem por atribuição fomentar uma política institucional que prestigie a adoção de métodos adequados de resolução de conflitos por meios consensuais, visando a redução do volume de litigiosidade e judicialização de ações no âmbito da Defensoria Pública. Está envolvida em projetos estratégicos como implantação do Centro de Mediação e Conciliação e o projeto Pai Presente, concebido com a missão de garantir e promover o direito à parentalidade e filiação, ao conhecimento da origem biológica e prenome, à cidadania, subsistência e sucessão.

Assessoria Especial da Equidade de Gênero

A Assessoria Especial da Defensoria Pública foi reformulada por portaria DPG, como objetivo fortalecer a qualificação do atendimento às mulheres, abrangendo a atuação especializada na Casa da Mulher Brasileira, equipamento pioneiro de atendimento multidisciplinar para vítimas de violência no Estado. Atua, ainda, no projeto Sua Voz, nossa ação, que objetiva uniformizar os atendimentos de mulheres vítimas de violência doméstica.

Central das Garantias

A Central das Garantias, vinculada à Assessoria Criminal e Infracional, é responsável pela concentração das atividades de organização da atuação da Defensoria Pública junto às Varas das Garantias da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Desde dezembro de 2024 a Defensoria Pública-Geral está acompanhando a implementação das Varas das Garantias de forma transparente e dialógica. O que já ocorreu nas cidades de Araçatuba, Bauru, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos e São José do Rio Preto.

A cada nova instalação, a Central das Garantias, presta suporte, apoio e realiza o acompanhamento das atividades, garantindo que a atuação seja organizada através das diversas atribuições que foram criadas a partir deste novo modelo.

INAUGURAÇÕES E EXPANSÃO INSTITUCIONAL

A expansão e inauguração de novas sedes e unidades da Defensoria Pública de São Paulo refletem o compromisso da instituição em ampliar o acesso à justiça e melhorar a qualidade do atendimento à população. As novas instalações oferecem infraestrutura adequada e acessível, fortalecendo a presença da Defensoria em diversas regiões do Estado.

Inaugurações de novas sedes

Marília - 26 de julho de 2024

A Defensoria Pública de SP inaugurou sua nova sede em Marília, localizada na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 164, no centro da cidade. A nova sede homenageia o defensor público Bruno Haddad Galvão, falecido em 2022.

Santo André - 24 de janeiro de 2025

A nova sede da Defensoria Pública em Santo André foi inaugurada em 24 de janeiro de 2025, com a realização da 864ª Sessão Ordinária do Conselho Superior. Localizada na Rua Primeiro de Maio, nº 178, no Centro, a nova sede oferece melhor infraestrutura e acessibilidade, visando aprimorar o atendimento à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Taubaté - 26 de fevereiro de 2025

Em 26 de fevereiro de 2025, foi realizada a cerimônia oficial de inauguração da nova sede da unidade Taubaté, localizada na Rua Espanha, nº 201, no Jardim das Nações. Desde outubro de 2024, a população tem sido atendida neste novo prédio, que oferece maior conforto e organização, com uma equipe de 12 defensores e defensoras.



Inauguração - Marília - 26 de julho de 2024



Inauguração - Santo André - 24 de janeiro de 2025



Inauguração - Taubaté - 26 de fevereiro de 2025

Inaugurações de novas unidades

Além das novas sedes, a Defensoria Pública tem dado prosseguimento ao processo de expansão da Defensoria Pública, deliberado pelo Conselho Superior em 2024. Assim, novas unidades estão sendo instaladas pelo Estado.

Itapecerica da Serra – Início do atendimento ao público: 20 de janeiro de 2025. Inauguração: 11 de março de 2025.

A Defensoria Pública iniciou suas atividades em Itapecerica da Serra em 20 de janeiro de 2025. A inauguração oficial ocorreu em 11/03. A nova unidade foi estabelecida após a assinatura do contrato de locação em 22 de agosto de 2024, com espaço adaptado para atendimento e audiências virtuais.

Suzano – Início do atendimento ao público: 27 de janeiro de 2025. Inauguração: 25 de março de 2025

As atividades na nova unidade de Suzano começaram em 27 de janeiro de 2025. Localizada próxima ao fórum, a unidade oferece acessibilidade e recursos necessários para um atendimento de qualidade.

Francisco Morato - 24 de fevereiro de 2025

A nova unidade em Francisco Morato iniciou o atendimento ao público em 24 de fevereiro de 2025. Situada a 800 metros do Fórum e a 200 metros da estação de trem, a unidade conta com 1.000 m² e é totalmente acessível, com uma equipe multidisciplinar para atender diversas áreas do direito.

Itanhaém - Início das atividades em 2024

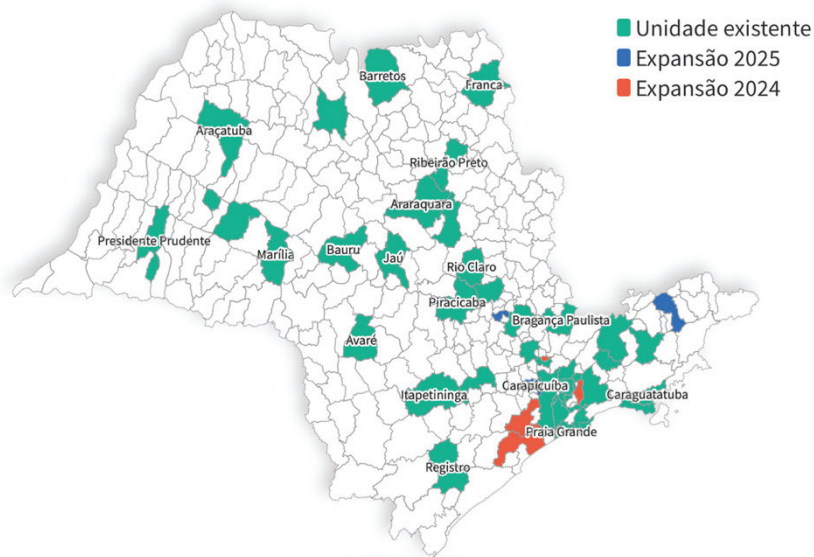
As atividades da Defensoria Pública em Itanhaém começaram em 2024, com defensores/as atuando temporariamente no fórum local. A futura sede está em fase de obras.

Ainda para 2025, estão previstas a abertura de novas unidades em Guaratinguetá, Sumaré, Barueri e Taboão da Serra. A expansão visa alcançar 52 municípios com unidades de atendimento.

Expansão da atuação direta

2024 Francisco Morato
Itanhaém
Itapecerica da Serra
Suzano

2025 Barueri
Guaratinguetá
Sumaré
Taboão da Serra



Sala da Defensoria Pública na sede do Comando-Geral da PM

A Defensoria Pública inaugurou, em março de 2025, uma sala para atendimento de policiais na sede do Comando-Geral da Polícia Militar, na Capital.



NOVOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

Nupir e Nudiversis



Núcleo de Defesa da Diversidade
Sexual e de Gênero



Núcleo de Promoção da
Igualdade Racial e de Defesa dos
Povos e Comunidades Tradicionais

Em 18/10, o Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (Nudiversis) foi oficialmente lançado, em evento no Centro de Referência e Empreendedorismo do Museu da Diversidade Sexual, na região central da capital.

Em novembro (11/11), houve o lançamento oficial do Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (Nupir), durante o evento “Novembro Negro na Defensoria Pública de São Paulo: segurança pública e vida da juventude negra”

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Defensor.IA: o uso de ferramentas de inteligência artificial na Defensoria

A Defensoria Pública-Geral publicou o Ato Normativo 266/2024, de 14 de agosto de 2024, sobre o emprego de ferramentas de inteligência artificial na instituição.

O regulamento, pioneiro no país, reforça a necessidade de observância dos direitos fundamentais na implantação e no uso de IA. Entre outros, são destacados temas como a igualdade de tratamento em casos semelhantes, a ausência de preconceitos ou generalizações que possam acarretar discriminação, a proteção a dados pessoais sensíveis e o respeito ao segredo de justiça.

O Ato Normativo também detalha o papel da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) e questões relacionadas a transparência, segurança, responsabilidade, ética e interoperabilidade.

A unidade Limeira iniciou o projeto-piloto de uso de IA para apoio à atuação ordinária, construído com base na interface Ania, cedida pelo TCE-SP, e aprimorada pela equipe da Coordenadoria de Tecnologia da Informação. Também as unidades de São Miguel Paulista, São Carlos e a Administração Superior passaram a utilizar a ferramenta, ainda em fase de teste.

Após cerca de quatro meses, em 12/12 foi oficialmente lançada a Defensor.IA, tendo sido disponibilizada a todos/as defensores/as, servidores/as e estagiários/as da instituição.



Principais benefícios da Defensor.IA:

1. **Ampla base de conhecimento:** as respostas do “Defensor.IA Chat” utilizam a mesma base de conhecimento do ChatGPT: dados da internet, atualizados até setembro de 2023. Por outro lado, o “Defensor.IA Assistente” utiliza uma base de conhecimento específica para cada assistente, com curadoria de dados realizada diretamente pela DPE-SP.
2. **Segurança de dados pessoais:** todos os dados e documentos processados pela Defensor.IA não são compartilhados com a OpenAI para fins de treinamento do ChatGPT, que é público.
3. **Eficiência e produtividade:** a IA pode automatizar tarefas repetitivas e administrativas, como a triagem de casos, a coleta de informações e a preparação de documentos legais. Isso permite que os/as defensores/as públicos/as se concentrem em tarefas mais complexas e estratégicas

A Defensor.IA foi projetada para otimizar o trabalho de defensores/as, servidores/as e estagiários/as, aumentando a eficiência sem comprometer a qualidade do serviço prestado pela Defensoria Pública. Para prestar orientações essenciais sobre o uso da Defensor.IA, foram disponibilizados a todos/as tutoriais atualizados sobre as principais funcionalidades da nova ferramenta.

No mês de janeiro, foi realizado, ainda, um curso cuidadosamente estruturado para proporcionar uma compreensão prática das ferramentas de IA, uma oportunidade aos usuários para se familiarizarem com ferramentas que estão revolucionando o trabalho jurídico e aprender a utilizá-las de forma eficiente e responsável.

Reconhecimento nacional e compartilhamento de boas práticas

O sucesso da Defensor.IA transcendeu os limites do Estado de São Paulo, despertando o interesse de diversas Defensorias Públicas do país. Em abril de 2025, a Defensora Pública-Geral do Pará, Mônica Belém, acompanhada de sua equipe, visitou a DPE-SP para conhecer de perto a Defensor.IA e a Central de Atendimento Inicial da capital. A visita proporcionou uma rica troca de experiências entre as regiões Norte e Sudeste, evidenciando o potencial de replicação da ferramenta.

Anteriormente, em março de 2025, o Coordenador de Tecnologia da Informação da DPE-SP, Douglas Schauerhuber, participou do 4º Workshop de Desenvolvimento Colaborativo, realizado na sede da Defensoria Pública do Ceará em parceria com o Condege. No evento, Douglas apresentou a Defensor.IA, compartilhando os avanços e aprendizados da DPE-SP com outras Defensorias Públicas do país.

Ainda em março, a Defensora Pública-Geral de São Paulo, Luciana Jordão, recebeu a visita institucional do Defensor Público-Geral do Rio Grande do Sul, Nilton Leonel Maria, e sua equipe, interessados em conhecer a atuação da DPE-SP com a Defensor.IA. Luciana Jordão destacou que a Defensoria paulista se tornou um modelo no uso de inteligência artificial, mencionando que, além da Defensoria gaúcha, o Ministério Público do Estado de São Paulo também manifestou interesse na ferramenta.

Essas interações demonstram o reconhecimento nacional da Defensor.IA como uma inovação tecnológica de impacto, consolidando a DPE-SP como referência na aplicação de inteligência artificial no âmbito jurídico e inspirando outras instituições a adotarem soluções semelhantes para aprimorar seus serviços.



Aprimoramentos no DOL

Desde o início da gestão, o sistema DOL tem passado por constantes melhorias, com o objetivo de aprimorar a eficiência e a usabilidade do sistema. Diversos comunicados foram enviados pela equipe de tecnologia da informação relatando as alterações realizadas.

Em 8/8 foi anunciada a nova funcionalidade, denominada Unificação de Cadastros. A nova ferramenta resulta de um esforço conjunto entre Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Assessoria da Qualidade do Atendimento e Inovação (AQAI) para atender demandas das carreiras a respeito do DOL, bem como para otimizar a busca de usuárias/os no referido sistema, com a exclusão de cadastros em duplicidade.

A funcionalidade Unificação permite reunir os cadastros de usuárias/os em duplicidade, mediante pesquisa pelo número do CPF e com a identificação de igualdade das seguintes informações no DOL: nome, data de nascimento e nome da mãe.

Foi realizada, em 25/9, um webnário do DOL, direcionado a defensores/as. O evento foi fruto de uma parceria entre a CTI e a Assessoria da Defensora e do Defensor, e foram explicadas as principais funcionalidades do DOL, incluindo uso dos cartões nas intimações; uso do editor de texto nativo; compartilhamento de modelos e modelos institucionais; e peticionamento individual e em lote.

No dia 12/12 foi anunciada a Pasta Digital DPESP, uma inovação que proporciona maior autonomia para consulta de processos judiciais no DOL, sem depender de consulta ao portal e-SAJ.

Principais benefícios da Pasta Digital DPESP:

1. **Acesso imediato:** possibilidade de visualizar os autos do processo, na íntegra, diretamente pelo Sistema DOL, mesmo em situações de indisponibilidade do Portal e-SAJ ou do TJSP.
2. **Eficiência aprimorada:** redução de dependências externas, proporcionando maior autonomia à instituição.
3. **Agilidade:** economize tempo e aumente sua produtividade com acesso direto aos arquivos necessários.
4. **Segurança:** com os documentos armazenados localmente, temos mais controle sobre o acesso e a proteção dos dados sensíveis.
5. **Facilidade de Uso:** a interface intuitiva torna o acesso aos documentos simples e direto, sem a necessidade de treinamento adicional.

Em 17/01/2025, foi disponibilizada uma nova funcionalidade, que permite, pelo DOL, a consulta de processos do 1º grau por “nome da parte” no SAJ. Essa funcionalidade permite que o usuário busque os processos pelo “Nome da Parte” e também tenha acesso à pasta digital diretamente no SAJ, a partir da tela do “Escaneio Virtual” e da janela “Outros Serviços e Acessos”.

Para capacitar as equipes da Defensoria que utilizam as ferramentas, a CTI realizou um webnário para apresentar as novidades e as melhores práticas a serem utilizadas no sistema DOL.

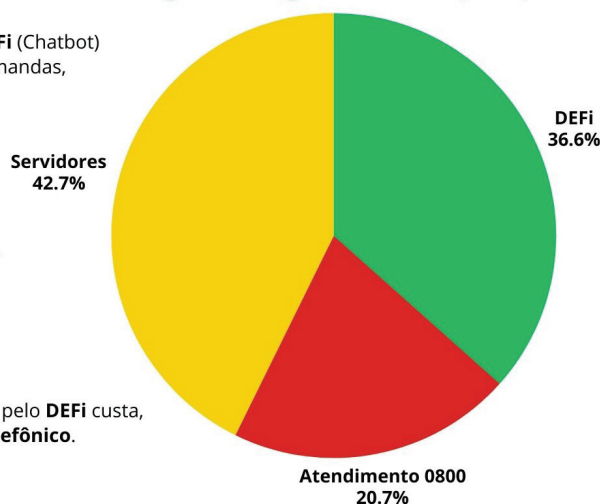
Agendamentos

Lançado em agosto de 2020, o **assistente virtual DEFi** (Chatbot) realiza a identificação e adequada distribuição das demandas, mediante **agendamento remoto automatizado**;

Evoluindo com uso de inteligência artificial, o DEFi se converteu em uma importante ferramenta de agendamento dos atendimentos, sendo que em 2024 tivemos 315.581 agendamentos realizados pelo 0800 e 557.692 agendamentos realizados pelo DEFi;

Eficiência e economia: cada agendamento realizado pelo **DEFi** custa, em média, **90% menos** do que um **agendamento telefônico**.

Origem dos agendamentos (2024)



Troca de computadores

Como previsto em contrato, teve início no mês de novembro a troca dos computadores utilizados desde 2021. Assim, defensores/as e servidores/as receberam novos equipamentos para uso institucional.

Além disso, em 2025 teve início o programa de renovação do parque tecnológico substituição dos desktops das unidades da Defensoria. Cerca de 4.500 equipamentos novos foram adquiridos. A partir desta renovação, haverá também instalação de segundas telas para uso de defensores/as, servidores/as e estagiários/as.

O programa, que é previsto para ser executado de forma seriada, terá a primeira fase concluída até dezembro de 2025, com a previsão de substituição de 43% dos equipamentos. A troca total das máquinas está prevista para acontecer até fevereiro de 2026.



Eproc

Desde janeiro de 2025, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação trabalha na implementação do sistema e-PROC, nova ferramenta utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para peticionamento de novos processos. Os processos em andamento continuam tramitando pela plataforma SAJ, que possui interoperabilidade com o sistema DOL.

O Eproc visa a modernizar a tramitação de processos judiciais e já é adotado por diversos tribunais estaduais, federais e militares em todo o Brasil.



Planejamento estratégico

Em janeiro, teve início o trabalho desenvolvido por profissionais da Fundação João Pinheiro, consultoria contratada pela Instituição e que tem como objetivo avaliar e propor aprimoramentos no atendimento prestado pela Defensoria Pública, foco na revisão de fluxos primeiro atendimento e dos processos de trabalho nas unidades, além da construção do primeiro planejamento estratégico da Defensoria Pública de SP. Os trabalhos estão sendo conduzidos pela Assessoria Gestão de Projetos e Processos.

AVANÇOS INSTITUCIONAIS

Comitê de Atendimento à População em Situação de Rua

Em 19/8, foi anunciada a criação do Comitê de Atendimento à População em Situação de Rua da Defensoria Pública de São Paulo. Este marco representa um passo significativo na missão da Defensoria Pública de aprimorar o atendimento a essa população tão vulnerável, que necessita de estratégias e fluxos de trabalho personalizados.

O Comitê foi composto por 19 representantes de órgãos e instituições, incluindo 14 membros da DPE-SP.

Entre os produtos desenvolvidos, destacam-se o inventário da normatização existente sobre a atividade; o levantamento de dados sobre o atendimento especializado no DOL; uma pesquisa com os Centros de Atendimento Multidisciplinares (CAMs) de todas as unidades, para identificar fluxos de atendimento especializado; e, durante as oficinas, a formulação de novas propostas de fluxos.

Além disso, também foi feita a atualização estadual do georreferenciamento dos equipamentos da rede de serviços especializados; o aprimoramento das normas internas que regem a atividade; e a elaboração de uma matriz de prioridades para orientar a expansão e a melhoria dos atendimentos. Também foi enviado um questionário às coordenações das unidades, com o objetivo de mapear insuficiências e barreiras no modelo atual de atendimento.

Como resultado do trabalho do comitê, foi elaborado um relatório final, com sugestões à DPG. Entre elas estão ações de capacitação e incentivo à adesão aos fluxos padronizados; a implementação das novas propostas de normatização interna; e a adoção da matriz de prioridades como parâmetro para a expansão e o aprimoramento dos serviços.

[Acesse pelo QRCode](#)
[ou clique aqui](#)



Comitê para estudos sobre padronização e expansão do atendimento prestado pela Defensoria Pública para as mulheres vítimas de violência doméstica

O Ato Normativo DPG nº 296/2025, publicado em 10 de abril, instituiu o Comitê. Como a finalidade de sistematizar práticas já existentes, propor uniformizações e sugerir melhorias nos fluxos de atendimento jurídico e multidisciplinar a mulheres em situação de violência, reconhecendo a urgência e especificidade que essa demanda impõe à atuação da instituição.

Entre suas atribuições, destacam-se:

- Sistematização das iniciativas já em curso;
- Proposição de aprimoramentos nos fluxos de agendamento e atendimento;
- Sugestões de melhorias nos sistemas internos, como o DOL;
- Análise e atualização de materiais institucionais sobre o tema;
- Proposição de capacitações e treinamentos.

O Comitê terá duração inicial de três meses, prorrogável por igual período, ao final do qual será apresentado relatório conclusivo à Defensoria Pública-Geral. A composição do Comitê contempla representantes de diversas áreas e órgãos internos da Instituição e entidades externas, como o Ministério das Mulheres, a Secretaria Estadual da Mulher e da Coordenação de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

A presidência dos trabalhos coube à Chefia de Gabinete, e, a coordenação administrativa, à Primeira Subdefensoria Pública-Geral.

A iniciativa é fruto de uma conjugação de esforços da Defensoria-Geral, da Assessoria Especial da Equidade de Gênero, do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem) e da Ouvidoria-geral.

Balanço da atuação no plantão durante recesso do Judiciário 2024/2025

O desempenho da Defensoria Pública durante o recesso do Judiciário no final de 2024 e início de 2025 foi motivo de destaque, enfatizando a continuidade da política de acesso à justiça no Estado. Durante o plantão administrativo, todos os órgãos da administração permaneceram ativos. No período, foram recebidos 884 e-mails com dúvidas e registrados 2.967 pedidos de atendimento, que foram endereçados ao plantão.

No âmbito da infância e juventude, foram analisados 67 autos de apreensão, 2 pedidos de medida protetiva, 11 medidas infracionais processadas. Foram impetrados 451 habeas corpus em segunda instância, e realizadas 1,6 mil audiências de custódia apenas na capital. O Centro de Atendimento Multidisciplinar atuou em 43 demandas de maneira presencial, sendo 18 cíveis, 20 criminais e 5 de infância.

Na área administrativa, a chefia de gabinete publicou 27 atos, e a CGA respondeu a emergências em unidades impactadas por chuvas. Além disso, novas unidades foram estruturadas para operação em 2025. O Departamento de Recursos Humanos (DRH) tratou 2.839 demandas, incluindo promoções e progressões, enquanto a Coordenadoria de Tecnologia da Informação atendeu a 194 chamados.

A Segunda e a Terceira Subdefensorias Públicas-Generais também se dedicaram à validação de publicações e ao planejamento para 2025.

Segurança

Com o objetivo de padronizar a prestação dos serviços terceirizados de vigilância, a Defensoria Pública, por meio da Coordenadoria Geral de Administração (CGA), expediu orientação para todas as empresas prestadoras desse serviço na instituição determinando que os/as colaboradores/as terceirizados/as sejam orientados quanto ao dever de garantir a incolumidade física dos defensores/as públicos/as, servidores/as, estagiários/ e usuários/as da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Caderno de Serviços Terceirizados do Estado (CADTERC).

Dessa forma, todas as empresas prestadoras de serviços de vigilância reforçaram a orientação a 100% junto aos/as colaboradores/as sobre o dever de intervir em caso de ameaça física ou patrimonial, garantindo a incolumidade das pessoas e a integridade do patrimônio, sem prejuízo de, mediante análise do caso concreto, acionar os órgãos de segurança pública.

Ainda no que diz respeito à segurança, os prédios ocupados pela Defensoria Pública foram integrados - com a concordância da Coordenação respectiva - à ronda inteligente da Polícia Militar, após diálogo entre a Defensoria Pública Geral e o Comando-Geral da Polícia Militar. A iniciativa visa aumentar a segurança nos arredores das unidades, sem a necessidade da presença de policiais dentro dos prédios. Um período de teste será realizado para avaliar a eficácia do programa.



A política de atendimento Convive

Nos últimos dez anos, o Convive tem levado conhecimento a mulheres presas, em especial sobre o direito à convivência familiar. Com o apoio da atual gestão, desde maio de 2024 essa agenda se intensificou, com a realização de mais atividades presenciais de educação em direitos, com um calendário anual.



Desde então, foram realizadas atividades de educação em direitos nas seguintes unidades prisionais: Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro, Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto, Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista, Penitenciária Feminina de Sant’anna (ala materno-infantil), Penitenciárias Femininas de Tremembé 1 e 2, Penitenciária Feminina de Campinas, Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara e Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba.

Outra atividade realizada pelo Convive, em parceria com a Defensoria Pública da União e o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), foi um mutirão de atendimento a 124 mulheres migrantes custodiadas na Penitenciária Feminina de Sant’Anna.

O programa será qualificado com o ingresso de novos servidores, destacados ao atendimento, potencializando ainda mais a atuação, inclusive em relação às adolescentes internadas na Fundação Casa e às famílias das mulheres e adolescentes custodiadas.

Conselho na Estrada

O auditório e o mezanino do prédio que abriga a sede administrativa da Defensoria Pública estão em obras para melhorias e modernização dos espaços desde outubro de 2024. Por esta razão, as sessões do Conselho Superior estão sendo realizadas em unidades da Capital, região metropolitana e interior do estado, de forma a aproximar o Conselho Superior das unidades e suas respectivas realidades.

Durante este período, as reuniões do Conselho Superior já foram realizadas na Regional Criminal, Regional Central e unidades Itaquera, Santo Amaro, Santana, Nossa Senhora do Ó e São Miguel Paulista, na Capital; Itapevi, São Bernardo do Campo, Mogi da Cruzes, Santo André e Osasco, na região metropolitana, e São José dos Campos, Caragatatuba, Piracicaba e Sorocaba, no interior do Estado.



Novo prédio da Edepe

A Defensoria Pública-Geral e a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Edepe) assinaram, em 17/10, o termo que possibilitará a mudança da Escola para um novo prédio, cedido pela Universidade de São Paulo (USP). As chaves do novo espaço foram recebidas em 21/11.

A sede, localizada na Rua Dr. Vila Nova, nº 268, Vila Buarque, São Paulo/SP, em área central e de fácil acesso na capital, representa um avanço significativo nas condições de infraestrutura e de acessibilidade para as atividades da Escola.

A necessidade dessa mudança se fez evidente nos últimos anos, uma vez que a atual sede, situada na Rua Libero Badaró, apresenta limitações estruturais que reduzem as potencialidades de desenvolvimento das atividades da Edepe. O espaço restrito e a ausência de auditório, de salas de aula adequadas e de áreas de convivência, restringem a oferta de cursos e eventos, comprometendo a adoção de novas linguagens, como a produção de conteúdos audiovisuais e a adoção de novas metodologias de ensino.

A nova sede proporcionará uma série de benefícios. As melhores instalações incluirão auditório modular, salas de aula modernas e estúdios audiovisuais, permitindo a ampliação e diversificação das atividades. A localização estratégica, próxima a linhas de metrô e ônibus, facilitará o acesso de alunos/as, professores/as e participantes de eventos, promovendo maior inclusão. Além disso, o novo espaço está situado em uma área com intensa movimentação, próxima à Universidade Mackenzie, oferecendo um ambiente mais seguro, especialmente durante o período noturno.

Outro aspecto importante é a otimização de recursos. A cessão gratuita do prédio pela USP representa uma economia significativa a longo prazo, permitindo que os recursos públicos sejam direcionados à capacitação e à promoção da educação em direitos. A proximidade com a Faculdade de Direito da USP também abre novas oportunidades para parcerias estratégicas, possibilitando a instalação de uma Clínica de Direitos Humanos e projetos conjuntos, que beneficiarão a formação e a prática jurídica.



Foto Cecília Bastos/USP Imagens



Foto Cecília Bastos/USP Imagens

Nova funcionalidade no site da Defensoria Pública

Em 4/7, foi implantada a funcionalidade Glossário no Portal da Defensoria Pública de SP. Trata-se de um mecanismo estruturado de indexação e recuperação de informações, projetado para padronizar terminologias técnicas, jurídicas ou administrativas e facilitar o acesso qualificado ao conteúdo do portal.

Comunidade da Defensoria Pública de São Paulo no Whatsapp

Foi lançada, em julho de 2024, a Comunidade do Whatsapp da Defensoria Pública de São Paulo. O novo canal tem como propósito fortalecer a comunicação interna, garantindo que notícias, comunicados e avisos importantes cheguem a todos/as de forma rápida e eficiente. A Comunidade do WhatsApp complementa as comunicações feitas por e-mail institucional, oferecendo mais praticidade e agilidade.

Terceirização da avaliação financeira

Em dezembro, teve início do projeto piloto de terceirização da avaliação financeira, que objetiva reduzir a carga de trabalho dos servidores nessas avaliações, permitindo que eles possam se dedicar a outras atividades de atendimento, garantindo padrões de qualidade e eficiência no fluxo de informações.

O sistema foi implementado na Divisão de Atendimento Inicial Especializado ao Público, e nas unidades de Osasco, Carapicuíba, São Bernardo do Campo, Mauá, Campinas, Vila Mimosa, Piracicaba, Limeira, Caraguatatuba, São Sebastião e Taubaté.



Concurso de analista jurídico

Em dezembro de 2024, foi assinado o contrato para abertura do concurso que pretende selecionar 412 analistas jurídicos, com publicação do edital em 24/01/2025

O concurso prevê a realização de uma fase objetiva e outra discursiva, sendo que a primeira foi realizada no dia 13/04/2025. Os novos analistas jurídicos prestarão auxílio técnico jurídico às atividades processuais e extraprocessuais e apoio no atendimento ao público e nas resoluções extrajudiciais de conflitos, elaborarão minutas de manifestação da DPESP, acompanharão o andamento de processos e procedimentos administrativos, farão diligências e contatos, entre outras atribuições previstas no Anexo I da LCE 1050/08.

Fluxo para ações de responsabilidade do estado em caso de letalidade prisional

As assessorias Cível, de Qualidade e Inovação e Criminal Infracional, junto com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (Nesc), estabeleceram um fluxo para atuação em caso de óbito de pessoas custodiadas no sistema prisional, com vistas a assegurar a investigação adequada das circunstâncias do óbito, a assistência jurídica às famílias da pessoa presa e a responsabilização civil do estado, quando aplicável.

A intenção é aprimorar a atuação da Defensoria Pública em casos de letalidade prisional, considerando a responsabilidade objetiva do Estado pelas condições de encarceramento e os desafios enfrentados pelos familiares das vítimas, como a dificuldade de acesso a informações, a localização de entes queridos e os custos associados ao traslado de corpos.

Política de Comunicação Social

A Política de Comunicação Social da Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi instituída no mês de abril pela Defensoria Pública-Geral, através da edição do Ato Normativo DPG nº 295, de 1 de abril de 2025.

O ato normativo inédito que passa a vigorar na instituição visa organizar e estabelecer regras e orientações que asseguram o aprimoramento das atividades de comunicação, o alinhamento das mensagens institucionais e, conseqüentemente, o fortalecimento interno e externo da imagem da instituição.

A normativa foi construída a partir da Política Nacional de Comunicação da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e do CONDEGE e é o registro de mais um importante avanço na direção de uma atuação qualificada, estratégica e coesa.



Capítulo III

Valorizar



CRESCIMENTO E VALORIZAÇÃO

Aprimoramentos no programa de assistência à saúde suplementar

Em junho de 2024, foram anunciadas atualizações no programa de assistência à saúde suplementar, em conformidade com os princípios do diálogo, do constante aprimoramento e da valorização da atuação da DPE-SP.

O fluxo de comprovação para o ressarcimento das despesas com Plano Privado de Assistência à Saúde, também, foi simplificado para permitir o pagamento automático dos últimos valores reembolsados, salvo no caso de eventual alteração do plano, dos/as beneficiários/as, dos valores ou da cessação de pagamentos.

Em 30/1/25, novas melhorias foram anunciadas, como a possibilidade de pagamento parcial do pedido e complementação de documentação em até 3 meses, contados da despesa médica ou odontológica, a possibilidade de pagamento da parte residual não reembolsada pelo plano de saúde, e a admissão de recibo ou nota fiscal emitida em nome do dependente.

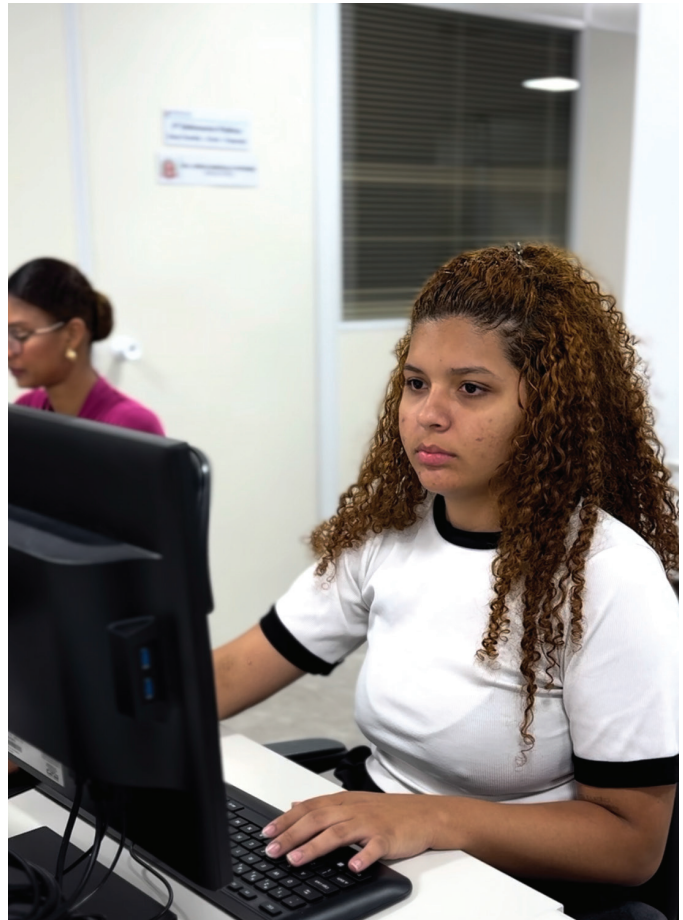


Estagiários/as da DPE-SP ganham acesso aos serviços da Arca Saúde

A partir de 3 de julho de 2024, estagiários e estagiárias da Defensoria Pública passaram a ter acesso ao sistema de serviços da empresa Arca Saúde, parceira do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Os serviços incluem telemedicina ilimitada com médico clínico-geral, orientação psicológica online, descontos em consultas com especialistas, em tratamentos de psicoterapia e em farmácias físicas e virtuais. Os benefícios são exclusivos dos/as contratados/as, não sendo válidos para familiares e/ou dependentes. A utilização dos serviços não afeta o valor da bolsa-estágio.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é a primeira grande instituição pública a oferecer um benefício dessa natureza para estagiários e estagiárias, que integra o programa Saúde e Bem-Estar, desenvolvido pela Coordenadoria Geral de Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos e do Centro de Apoio e Desenvolvimento Institucional (CADI).



Atualização nas regras adotadas para averbação de tempo de serviço público

A Coordenadoria Geral de Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos, atualizou as regras para averbação de tempo de serviço público prestado à União, outros Estados e Municípios, e respectivos entes integrantes da Administração Pública anteriormente ao ingresso na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Foram realizadas reuniões virtuais para esclarecimentos de dúvidas acerca do assunto.

Programa de Assistência à Educação Infantil

Em 30/9 foi anunciado o Programa de Assistência à Educação Infantil (Ato Normativo DPG 274/2024), que concretiza um importante avanço institucional em prol da infância e das pessoas com deficiência.

Este programa é um novo marco na proteção e no apoio aos/as defensoras/es públicos/as e servidores/as, ao oferecer suporte à educação de seus dependentes.

No auxílio-creche, filhos e filhas de integrantes da DPE-SP podem ser beneficiados. O benefício pode ser solicitado a partir do término da licença-maternidade ou licença-adoção e se estende até os 6 anos de idade da criança.

O ato também inclui o Auxílio a Dependente com Deficiência, uma melhoria significativa na assistência às famílias com dependentes que necessitam de cuidados especiais. Este benefício não prevê limite de idade, sendo concedido sempre que houver comprovação da dependência, com renovação anual.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Defensoria Pública de São Paulo com a valorização da educação. Ao apoiar nossos/as trabalhadores/as e suas famílias, investimos no futuro.



Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e às Discriminações

No dia 19/11, a Defensoria de São Paulo, por meio da Edepe e do Comitê da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminações na Defensoria de SP, realizou o evento “Diálogos Sobre a Promoção da Diversidade no Setor Público”, em seu auditório, onde também lançou uma cartilha com orientações de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação.

O evento reuniu sociedade civil e representantes de outras instituições públicas para falar sobre a promoção de um ambiente de trabalho mais harmonioso e diversificado, além de promover um grande debate acerca do combate ao assédio e discriminação no âmbito profissional, por meio da cartilha lançada pela instituição, em celebração dos seis anos da política institucional de prevenção e combate ao assédio.

A cartilha é um documento que trata as formas de assédio, discriminação e violências no meio de trabalho, como e onde procurar ajuda caso esteja sofrendo com esses problemas, e como as organizações podem prevenir e enfrentar essas situações.



[Acesse pelo QR Code](#)
[ou clique aqui](#)



Outubro Rosa/ Novembro Azul

Em celebração da campanha Outubro Rosa, foi publicado o Ato DPG nº 279, que implementa medidas para promover a prevenção e a conscientização sobre o câncer de mama e do colo do útero na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

No mesmo sentido, o Ato DPG nº 280 também foi publicado em celebração à campanha Novembro Azul, com a previsão de medidas para promover a prevenção e a conscientização sobre o câncer de próstata.

A partir da publicação destes atos, a ausência da defensora pública, servidora ou estagiária ao expediente para a realização de consultas, exames preventivos ou sessões de tratamento relacionados ao câncer de mama e de colo do útero será considerada como licença por motivo de saúde de forma simplificada, com a manutenção do vencimento, da remuneração ou da bolsa de estágio, conforme estabelecido na legislação pertinente.

O mesmo acontecerá com o defensor, servidor ou estagiário que se ausentar do expediente para realização de consultas, exames preventivos ou sessões de tratamento relacionados ao câncer de próstata.



Política de cuidados para pessoas com deficiência

Em dezembro de 2024, foi publicado o Ato DPG nº 283/2024, que trata da regulamentação da concessão de horário especial de trabalho para defensores/as públicos/as e servidores/as com deficiência ou doença grave, ou com dependentes na mesma condição.

A normativa estabelece a possibilidade de redução no horário de trabalho diário, em até duas horas, fixando os critérios para a concessão do horário especial de trabalho e o procedimento para o seu requerimento.

Atualização no valor do auxílio-alimentação

Em janeiro, foi anunciada a atualização no valor do auxílio-alimentação pago a defensores/as e servidores/as.

Reestruturação do DRH

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) passou por uma reestruturação com o objetivo de aumentar a agilidade e a eficiência no atendimento às demandas internas. A partir de 24/3, a secretaria do órgão foi organizada em duas frentes de atendimento distintas, conforme o público: atendimento exclusivo para defensores/as públicos/as e, atendimento exclusivo para servidores/as da instituição.

Essa divisão permite comunicação segmentada e mais eficaz, promovendo um atendimento mais ágil, personalizado e alinhado às especificidades de cada grupo.

Como parte das melhorias, foram lançadas as plataformas HelDef e HelpServ, dois portais digitais que concentram informações e orientações úteis para o público interno. Entre os principais recursos disponíveis, destacam-se:

- Acesso rápido a documentos institucionais, tutoriais, manuais, cronogramas e calendários;
- Procedimentos operacionais padronizados;
- Comunicados e atualizações do DRH;
- Agendamento de atendimentos online e personalizados via Teams, voltados ao esclarecimento de dúvidas gerais.

A nova estrutura reforça o compromisso do DRH com a modernização da gestão de pessoas, ampliando o suporte às equipes com ferramentas mais acessíveis, organizadas e resolutivas.



Posse de novos/as defensores

Desde o início da gestão até agora, 27 novos/as defensores/as públicos/as já tomaram posse, aprovados no IX Concurso de Ingresso na carreira. Esses profissionais chegam para fortalecer ainda mais o compromisso da instituição com a justiça e a defesa dos direitos dos cidadãos. A chegada de novo/as defensores/as representa um passo importante na missão contínua de garantir que todos tenham acesso à defesa pública de qualidade.



Reajustes remuneratórios

Logo no início do mandato, a gestão trabalhou para elaboração de um anteprojeto de lei a ser enviado para a Assembleia Legislativa de São Paulo visando o reajuste remuneratórios para as carreiras de defensor/a e servidor/a. Em 2/8, a proposta, que previa reajuste na ordem de 6% para as duas carreiras, foi enviado ao Conselho Superior da Defensoria Pública.

Os índices foram definidos em conformidade com a necessária recomposição inflacionária e o orçamento previsto para a Instituição.

Além do reajuste, a proposta também pretendeu implementar importantes aperfeiçoamentos do plano de carreira de servidores/as da Defensoria Pública, em especial no que se refere ao plantão judicial que ocorre aos finais de semana, feriados e recessos, para que haja uma simetria entre as demais carreiras de apoio do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Buscou-se, ainda, viabilizar que as gratificações recebidas decorrentes do acúmulo de função não fossem excludentes, tendo em vista o enxuto Subquadro de Apoio, que por vezes realiza mais de uma atividade simultaneamente.

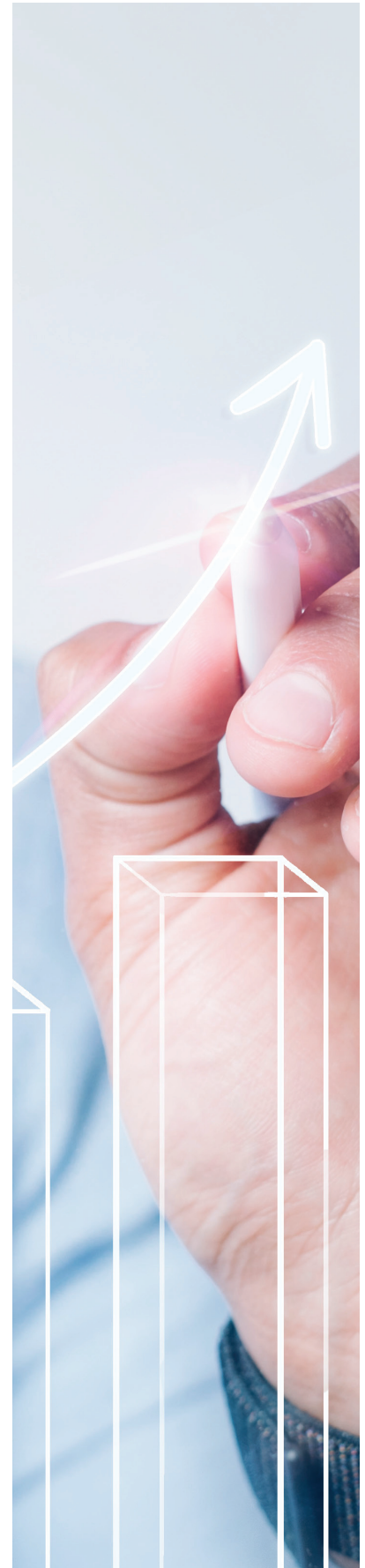
Após aprovação das propostas pelo Conselho Superior, as minutas dos projetos de lei foram enviadas à Alesp em 21/8. Em 3/9, após 13 dias de intensa articulação, os projetos de lei foram aprovados pelo legislativo paulista. A sanção das leis pelo governador Tarcísio de Freitas foi realizada em 19/9.

Aumento na verba do Tesouro

Pela primeira vez na história da Defensoria Pública de SP, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou o acréscimo de R\$ 10 milhões ao orçamento da instituição, na rubrica do Tesouro do Estado. Essa decisão representa um marco importante e reforça o compromisso do Parlamento paulista com o fortalecimento da Defensoria Pública. Trata-se de um resultado concreto dos esforços empreendidos pela gestão em promover o diálogo institucional e construir pontes com os demais Poderes.

O incremento à peça orçamentária da Defensoria Pública decorreu de uma emenda apresentada pelo relator do Orçamento, deputado estadual Alex Madureira. Ele acatou diversas demandas apresentadas pelas deputadas Ana Perugini, Beth Sahão, Carla Morando, Ediane Maria, Leci Brandão, Monica Seixas do Movimento Preta, Paula da Bancada Feminista e Thainara Faria, e deputados Carlos Giannazi, Donato, Dr. Jorge do Carmo, Eduardo Suplicy, Emídio de Souza, Guilherme Cortez, Luiz Claudio Marcolino, Luiz Fernando T. Ferreira, Márcia Lia, Maurici, Paulo Fiorilo, Professora Bebel, Reis, Rogério Santos, Rômulo Fernandes, Simão Pedro e Teonilio Barba, todas encabeçadas pelo Deputado Enio Tatto.

Esta sinalização do Parlamento é mais uma demonstração do apoio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para com a Defensoria Pública, fruto dos esforços da gestão em busca do diálogo entre as instituições.



ADI 5.644

A tramitação da ADI 5644, que tratava da lei estadual que previa a destinação de 40% do Fundo de Assistência Judiciária para o custeio de assistência jurídica suplementar, foi acompanhada pela Defensoria Pública-Geral, que atuou formalmente no caso na qualidade de *amicus curiae*.

Proposta pela Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), a ação foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal em 19 de março de 2025, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Complementar Estadual 1º 1.297, de 4 de janeiro de 2017.

A decisão pela inconstitucionalidade da norma deve ser celebrada pela afirmação da autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública no país e pelo reconhecimento da maturidade institucional estabelecida no âmbito das relações interinstitucionais.

Lançamento do plano de atuação

Em 16/9, a Defensoria Pública de São Paulo apresentou seu 9º Plano de Atuação, resultado das propostas eleitas pela sociedade civil durante o 9º Ciclo de Conferências e guiará as ações da instituição no biênio 2024-2025.

O Ciclo de Conferências, realizado a cada dois anos, é um dos principais mecanismos de participação social da Defensoria. Ao longo de quatro meses, diversas regiões do estado foram mobilizadas para a criação do Plano, que busca a democratização do acesso à justiça.

A edição de 2023 registrou recorde de participação, com 2.093 pessoas presentes nas discussões. O Plano de Atuação aprovado em julho de 2024, com 31 propostas formuladas pela sociedade civil, será o Norte para as ações da Defensoria até o próximo Ciclo de Conferências.

Em 25/11, o plano foi lançado na Câmara dos Vereadores de São José dos Campos e contou com a participação de mais de 110 moradores da cidade.



A hand is shown pointing upwards at a glowing blue circle. This circle is part of a network diagram consisting of several other blue circles connected by lines. The background is a gradient of teal and blue. The text 'Atuações de Destaque' is overlaid on the lower part of the image.

Atuações de Destaque

Auxílio à DPE-RS

A DPE-SP, em conjunto com as outras Defensorias, por meio do Condege, assinou termo de cooperação para auxílio remoto à DPE-RS.

De 26/8 a 13/9, sete defensores públicos paulistas participaram do mutirão de atendimento às vítimas da tragédia do Rio Grande do Sul. Os/as defensores/as públicos/as Alison dos Santos Silva, Elaine Moraes Ruas Souza, João Pedro Rodrigues Nascimento, Maria Fernanda Alves Borio, Maricy Rehder Coelho Camara, Paula Albernaz Rodrigues da Cruz e Pedro Naves Magalhães prestaram atendimento jurídico *in loco* à população afetada, unindo forças para a reconstrução do Estado.



Fornecimento de água aquecida em estabelecimentos prisionais

A Defensoria Pública de SP e o o Governo do Estado de São Paulo firmaram em 9/8 no Tribunal de Justiça de SP (TJSP) acordo que possibilitará o fornecimento de água aquecida em todos os estabelecimentos prisionais paulistas. O acordo foi mediado pelo Ministro Herman Benjamin, presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e pelo chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia.

A assinatura do Termo de Acordo entre a Defensoria Pública e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) objetiva o fornecimento regular de água aquecida para o banho de presos. O compromisso foi celebrado nos autos da Ação Civil Pública 1003644-18.2013.8.26.0053, proposta pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria.

O acordo resulta, também, das inspeções realizadas pelo NESC, que leva em conta a boa-fé da SAP na instalação de chuveiros aquecidos em áreas comuns nas unidades. A prática já era adotada em algumas unidades, mas havia a necessidade de parametrização do fornecimento.



Mutirão “Meu Pai Tem Nome”

Foi realizado no dia 17/9 o dia D da campanha “Meu Pai Tem Nome”, promovendo mutirões em 44 unidades pelo estado. Ao todo, foram registrados 148 atendimentos, quatro vezes mais que no ano anterior, quando a ação se limitou à capital paulista.

Com a expansão das atividades para além da capital, a campanha de 2024 também coletou 107 exames de DNA.

No interior, Região Metropolitana de São Paulo e Litoral, as unidades de atendimento foram: Araçatuba, Araraquara, Avaré, Barretos, Bauru, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Franca, Franco da Rocha, Ferraz de Vasconcelos, Guarujá, Guarulhos, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jaú, Jundiaí, Limeira, Marília, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Praia Grande, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião, São Vicente, Sorocaba, Taubaté e Vila Mimosa (Campinas).



Apoios e parcerias

Nesta edição, a campanha “Meu Pai Tem Nome” contou com uma parceria inédita do Sport Club Corinthians Paulista, que promoveu a iniciativa durante uma partida do Campeonato Brasileiro na Neoquímica Arena, em 10 de agosto, véspera do Dia dos Pais.

A campanha de comunicação, desenvolvida de forma conjunta entre o clube de futebol e a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública de São Paulo, ainda recebeu indicação ao 3º Prêmio Social Media Gov, na categoria “Colaboração”.

O mutirão ainda teve a fundamental contribuição de diversos outros órgãos e instituições, incluindo as Secretarias de Saúde e de Cidadania e Justiça do Estado de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen) e o Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo (Imesc).

Sobre a campanha

A Campanha “Meu Pai Tem Nome” é uma iniciativa do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), que articula, em cada Estado, as Defensorias Públicas locais para a realização de mutirões voltados ao reconhecimento de paternidade.

Registrar filhos oficialmente significa fazer um reconhecimento de paternidade e maternidade. Isso quer dizer que haverá um vínculo legal entre o filho e seu pai ou sua mãe. Sabemos que esse passo é muito importante e, nesse momento, a Defensoria está ao lado daqueles que mais precisam.



Mutirões para mulheres no estádio do Corinthians

Em colaboração com a Secretaria de Políticas para a Mulher e com o apoio do Sport Club Corinthians, a Defensoria Pública de SP participou de uma série de mutirões direcionados às mulheres na Neo Química Arena, na zona leste da capital. Os atendimentos, nas áreas de família, cível e criminal, com ênfase no combate à violência doméstica, foram realizados nos dias 14, 16, 22 e 23 de novembro.

Além do atendimento jurídico prestado pela Defensoria, as mulheres que comparecem ao estádio do Corinthians também têm acesso gratuito a exames de mamografia, para diagnóstico precoce de câncer, e a cursos de qualificação, promovidos pelo Sebrae e pelo Senac.



Mutirão em Referência ao Dia de Luta da População em Situação de Rua

Com o apoio da Assessoria Cível, da Assessoria da Qualidade do Atendimento e Inovação e do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, foi realizado, no dia 19 de agosto, o Mutirão em Referência ao Dia de Luta da População em Situação de Rua.

A ação contou com atendimentos do projeto Pop Rua Jud realizados na Praça da Sé, no centro da capital, e simultaneamente em outros 11 municípios do Estado.

O mutirão na Praça da Sé representou o Dia D da campanha nacional de 2024 da Anadep, que tem como foco a população em situação de rua e o papel das Defensorias Públicas na promoção do acesso a direitos e à cidadania desse grupo social.



Caso Voepass

A Defensoria Pública de SP finalizou, em 16/8, os trabalhos de atendimentos presenciais às famílias das vítimas do desastre aéreo ocorrido em Vinhedo em (9/8) com um voo oriundo de Cascavel (PR) com destino a São Paulo. Desde o início, a instituição se mobilizou para prestar apoio imediato, coordenando uma série de ações em parceria com outras entidades, como a Defensoria Pública do Paraná e os Ministérios Públicos do Estados de São Paulo e Paraná.

Foram emitidas certidões de óbitos para todas as 62 vítimas do desastre. A Defensoria prestou atendimento inicial aos familiares de 72,6% das vítimas. Foram protocoladas 20 ações judiciais com pedidos de alvarás de cremação até o momento, o que representa 46,7% dos casos.

Todos foram deferidos no mesmo dia do pedido. O tempo médio entre o protocolo da ação e a decisão foi de 1h05min.

Após o acidente, a Defensora Pública-Geral, Luciana Jordão, e a Primeira Subdefensora Pública-Geral, Bruna Simões, deslocaram-se para Vinhedo para tratar das primeiras providências. Já no sábado pela manhã, foi estabelecido um comitê de atendimento no Instituto Oscar Freire, em São Paulo. Este comitê contou com a participação de outras instituições, incluindo o Instituto Médico Legal (IML) e o cartório de registro de Vinhedo, instalada no local, medida que se demonstrou fundamental para assegurar a rápida expedição das certidões de óbito. Essas instituições estabeleceram um protocolo para tramitação célere dos processos.

“Houve uma coordenação de esforços muito grande entre defensores/as e servidores/as para um atendimento imediato às famílias. Este foi o foco desde o início”, afirmou a Defensora Pública-Geral.

Mobilização imediata

Durante o fim de semana, o atendimento foi ampliado, proporcionando suporte jurídico, registros cartoriais e orientações necessárias para as famílias em luto. Além disso, a Defensoria Pública focou esforços na obtenção de autorização judicial para cremação às

famílias que assim desejassem. A instituição, por meio de seu Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), também ofereceu acolhimento psicossocial às famílias.

A partir da segunda-feira, a força-tarefa de atendimento foi deslocada para o hotel onde a empresa Voepass havia acomodado as famílias, na região central da capital paulista, passando a atuar em regime de plantão durante toda a semana. A atuação integrada entre as instituições envolvidas trouxe segurança e acolhimento às famílias.

Entre os casos atendidos, houve um envolvendo uma família estrangeira em situação de extrema vulnerabilidade, sem qualquer documentação no Brasil. Diante dessa situação, a Defensoria Pública tomou medidas urgentes, acionando a Superintendência da Polícia Federal para regularizar a situação dessa família, possibilitando sua permanência no país e garantindo o suporte necessário durante esse momento crítico, incluindo a emissão de CPF, requisito necessário para receber o seguro.

Seguro e indenizações

Na terça-feira (13/8), ocorreu a primeira reunião com a empresa Voepass e a seguradora para tratar da liberação do seguro obrigatório RETA e caminhos para a responsabilização civil e respectivas indenizações.

Participaram a Defensoria Pública de SP, o Ministério Público de SP, a Defensoria Pública PR, a Voepass e o advogado da seguradora. Formou-se um grupo de trabalho que inicia a terceira fase de atuação, focada nos desdobramentos do acidente.

Com a finalização da liberação de todas as vítimas, o Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública de SP iniciou, em colaboração com os Ministérios Públicos paulista e paranaense e a Defensoria Pública do PR, a análise de alternativas administrativas, semelhantes às que foram estabelecidas no caso do acidente aéreo da TAM, ocorrido em 2007, para o encaminhamento das indenizações às famílias.



Selo Esperança Garcia

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo recebeu, do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, o selo Esperança Garcia, em reconhecimento a práticas antirracistas exitosas, com destaque para a Rede Apoia, o Convive - Mães em Cárcere e a criação do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (Nupir). A DPE-SP também foi reconhecida, em conjunto com a Defensoria do Estado do Rio de Janeiro, pela Rede de Defensores e Defensoras dos Territórios Tradicionais.

Defensoria no samba

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em parceria com o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Tatuapé, promoveu uma série de mutirões temáticos de atendimento jurídico gratuito, com foco em Direito de Família, destinados à população da zona leste da capital.

As atividades ocorreram nos dias 8, 15 e 22 de fevereiro, na quadra da escola de samba, sempre antes dos ensaios de carnaval. Os atendimentos foram conduzidos por três Núcleos Especializados da Defensoria Pública, além de ações educativas e palestras:

- “Consentimento no Carnaval: Não é Não”, promovida pelo Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem);
- “Intolerância Religiosa”, organizada pelo Núcleo de Combate às Desigualdades e à Intolerância Religiosa (Nupir);
- Mutirão para Retificação de Registro Civil, realizado pelo Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (Nudiversis).

A iniciativa esteve alinhada ao samba-enredo da escola para o Carnaval de 2025, intitulado “Justiça – A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo lugar”, e reforçou o compromisso da Defensoria Pública com a promoção de direitos, equidade e acesso à justiça em territórios populares.

A ação conjunta destacou o papel das instituições na construção de uma sociedade mais justa e plural. A Acadêmicos do Tatuapé sagrou-se vice-campeã do Carnaval de São Paulo em 2025, levando à avenida um enredo marcado pelo engajamento social.



“Inspirando Meninas”

Em celebração ao Dia Internacional da Mulher, diversas defensoras públicas que integram a administração da DPE-SP receberam um grupo de adolescentes que participaram do projeto “Inspirando Meninas: Liderança Feminina na Defensoria Pública”, voltado a fortalecer o protagonismo das mulheres na sociedade. Também houve um encontro com a defensora pública e escritora premiada Mariana Salomão Carrara.



EXPEDIENTE INSTITUCIONAL

Órgãos de Administração Superior

Defensoria Pública-Geral	Luciana Jordao da Motta Armiliato de Carvalho
Chefia de Gabinete	Amanda Polastro Schaefer - Marcelo Bonilha Campos
Primeira Subdefensoria Pública-Geral	Bruna Simões - Danielle Gaiotto
Segunda Subdefensoria Pública-Geral	João Felipe Belem de Gouvêa Reis - Yago de Menezes Oliveira
Terceira Subdefensoria Pública-Geral	Bruno Bortolucci Baghim - Patricia Maria Liz de Oliveira

Coordenadorias

Coordenadoria Geral de Administração	Luiz Antônio Silva Bressane - Betania Devechi Ferraz
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Douglas Schauerhuber Nunes
Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa	Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan Moreira

Assessorias

Assessoria Cível	Davi Quintanilha Failde de Azevedo - Felipe Balduino Romariz
Assessoria Criminal e Infracional	Filipe Dias Rodrigues
Assessoria da Qualidade do Atendimento e Inovação	Renata ScandiuZZi da Silveira
Assessoria da Defensora e do Defensor	Erika Ramos da Silva Miranda
Assessoria de Convênios	Rodrigo Sardinha de Freitas Campos - Fernanda Simoni
Assessoria de Gestão de Projetos e Processos	Fernanda Seara Contente
Assessoria de Relações Institucionais	Rebeca de Holanda Braga Rocha Freire
Assessoria Especial da Equidade de Gênero	Isabella Benitez Galvez
Casa da Mulher Brasileira	Raquel Peralva Martins De Oliveira
Assessoria Extrajudicial	Maria Claudia Goncalves Solano Pereira
Assessoria Jurídica	Camila de Sousa Medeiros Torres Watanabe - Adriano Elias Oliveira - Débora Helena Daher Montes Forlin - Luciano Dal Sasso Masson-
Divisão de Atendimento Inicial Criminal	Fernanda Caccavali Macedo
Controladoria-Geral	Alvimar Virgilio de Almeida



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO